

Idéia de criação de agência independente é elogiada

Fabricantes, farmácias e executivos do setor defendem contratação de pessoas qualificadas

DEMÉTRIO WEBER

Associações de laboratórios e farmácias e executivos ligados ao setor vêm com bons olhos a disposição do governo federal de criar uma agência independente para fiscalizar a venda de remédios no País. No rastro da falsificação de medicamentos que tomou conta do noticiário nas últimas semanas, a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma) e a Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma) declararam apoio à iniciativa anunciada ontem pelo ministro da Saúde, José Serra.

"A Abifarma é totalmente favorável à criação de uma agência nos moldes da Food and Drug Administration, a FDA norte-americana", afirmou o presidente da entidade, José Eduardo Bandeira de Mello. Para o vice-presidente-executivo da Abrafarma, Vitor Hugo Strozzi, o sucesso do órgão a ser instituído depende de sua autonomia financeira. "De-

fendemos a proposta, mas não adianta transferir a Vigilância Sanitária de endereço", observou, referindo-se ao atual sistema de fiscalização.

A falta de estrutura das coordenações estaduais e municipais de Vigilância Sanitária, ligadas às Secretarias de Saúde, compromete a atuação do governo no que diz respeito a assegurar à população que os remédios disponíveis nas farmácias não foram produzidos em "laboratórios" de fundo de quintal. "Com seus salários pouco competitivos e a falta de pessoal, fica difícil para a Vigilância funcionar", diz o diretor-médico da Hoechst Marion Roussel no Brasil, Aurélio Saez.

Na opinião do vice-presidente-executivo dos Laboratórios Bio-

sintética Ltda., Omilton Visconde Júnior, o modelo atual "está destruído". Segundo ele, a pretendida Agência de Vigilância Sanitária (Agevisa) precisa também de independência política. "A Vigilância sempre foi um órgão político, em que bastava cair o ministro para trocar a diretoria", diz. "É preciso haver regras claras." Para Strozzi, um conselho com representantes de cada segmento poderia orientar o funcionamento do órgão.

Colaboração – Segundo Saez, a agência idealizada pelo governo precisa ter recursos próprios, oriundos dos serviços que deverá prestar, como os de certificação e registro de produtos. "É preciso investir no treinamento dos técnicos e acabar com a alta rotatividade de pessoal", destaca. O diretor-médico acha improvável que o novo órgão consiga acabar definitivamente com as falsificações. "Isso é caso de polícia, mas pode ser consideravelmente coibido", afirma, defendendo que cada far-

mácia receba a visita de um fiscal todo mês.

Tanto Saez quanto Visconde Júnior defendem ainda que o setor produtivo seja ouvido na elaboração do projeto da Agevisa. "A indústria e as enti-

dades ligadas ao setor têm muito a dizer", afirma o diretor-médico da Hoechst Marion Roussel. Segundo ele, a contribuição poderia dar-se, por exemplo, na forma como alguns laboratórios acompanham a ação – e os efeitos colaterais – dos medicamentos que produzem.

"A indústria farmacêutica séria tem interesse na fixação de altos padrões de qualidade", garante Saez. Na mesma linha, o gerente industrial da Libbs Farmacêutica Ltda., Lupércio Calese, afirma que os laboratórios nacionais "sérios" têm a mesma posição. "No momento em que a fiscalização for feita adequadamente, vamos separar o joio do trigo, e as más indústrias vão melhorar ou fechar."

QUITAÇÃO
COMEÇARIA A
PARTIR DE JUNHO
DO ANO 2000